

AMSELLE, J. L; M'BOKOLO, E. (Orgs.). **No centro da etnia: Etnias, tribalismo e Estado na África**. RJ, Brasil, 2017.

João Vitor Olímpio<sup>1</sup>

A obra “No centro da etnia: etnias, tribalismo e Estado na África” faz parte de uma coletânea intitulada “Coleção África e Africanos”, formada por três livros. O objetivo principal dessa trilogia é trazer ao mercado brasileiro uma produção atualizada sobre a temática, visando atender aos interesses do público em geral, que tem se mostrado ávido por conhecer o continente africano, repleto de histórias, povos e culturas.

A obra é organizada por Jean-Loup Amselle, antropólogo e etnólogo francês, diretor de estudos eméritos da EHESS (*École des hautes études en sciences sociales*) e ex-editor-chefe dos *Cahiers d'études africaines*, uma revista acadêmica de acesso aberto que aborda tópicos das ciências sociais relacionados à África, às Índias Ocidentais e à diáspora africana, e pelo historiador Elikia M'Bokolo, atual diretor dos Estudos na EHESS, membro do Comitê de redação dos *Cahiers d'études africaines* e produtor na Radio France Internacional de Memória de um Continente, emissão semanal de História de África. Conta também com outros autores de renomes quando o assunto é África, tais como Jean-Pierre Dozon, Jean Bazin, Jean-Pierre Chrétien e Claudine Vidal.

Amselle é o responsável por cunhar o termo antropologia de conexões (a maneira como uma sociedade se alimenta de diferentes influências) e desenvolve pesquisas sobre temas como etnia, identidade, cruzamentos, multiculturalismo, pós - colonialismo e subordinatismo, além do estudo de arte africana contemporânea. “No centro da etnia” trabalha com o conceito de que a “etnia” seria mais uma invenção colonialista, resultado de um fenômeno de “reapropriação” cultural. O termo é muito utilizado e analisado ao longo do texto, elaborado em sua articulação entre a história escrita e oral.

No primeiro capítulo, o autor ressalta a importância da definição do conceito de “etnias” a partir dos espaços em que ele é analisado. Afirma que a perspectiva étnica está no centro da antropologia e que, ao longo dos últimos anos, o entusiasmo por parte da maioria dos antropólogos é de caráter exagerado, distante da realidade, pois foi cunhado sob a perspectiva do colonizador. Destaca que o termo “etnias” surgiu na língua francesa nos séculos XVI e XVII e equivalia ao de “tribo”. A aparição e as especificações tardias dos conceitos “tribos” e “etnias” acabam gerando discussão quando analisados entre os períodos do colonialismo e do neocolonialismo, respectivamente.

Para repensar sobre o conceito, o autor destaca a necessidade de atrelar “etnia”, “tribo” e “espaço pré-colonial”. O espaço pré-colonial, aquele de antes da chegada dos colonizadores, foi o período em que as sociedades locais viviam ao seu modo e longe de serem fechadas entre si, estavam interligadas e se auto influenciavam. O espaço Pré-Colonial abrangia toda uma estrutura social, como os espaços de troca (comércio), estatais

(políticos), linguísticos, religiosos e culturais. É por isso que cada comunidade local era concebida com o efeito de uma rede de relações.

No segundo capítulo destaca-se o convite feito pelo autor do texto Jean-Pierre Donzon para revisar a imagem da diversidade étnica e cultural africana, que corresponde a algo como entidades regionais, ou seja, um movimento social de referências tradicionais, que com a fragilidade e incipiência dos Estados africanos, reconfigura, acima de tudo, o espaço geopolítico. Donzon apresenta o “tribalismo” como criação da colonização europeia para caracterizar as entidades étnicas pré-coloniais, marcadas por seus aspectos originários e espontâneos. O autor referencia a tribo Bete, famosa pela arte das máscaras Nyaba e que também esculpe estátuas elegantes, cujo estilo foi influenciado pelos povos Guro, Yaure e Senufo.

Já no terceiro capítulo a história passa a ser mais focada em um povo conhecido como “os Bambaras”. Segundo sua própria descrição, o autor Jean Brazin define os bambaras como “um conjunto heteróclito de gentes que não tem nada em comum” (p.123), ou seja, como produto de sua própria história, diferentemente do conceito de povo ou de nação. A etnia efetivamente resulta de uma operação preliminar de classificação, e o autor destaca como os Bambaras foram considerados um povo feroz e bárbaro, muitas vezes considerados como “raça conquistadora”. Chama atenção para o contexto de definição da imagem sobre os Bambaras, realizada a partir da ótica europeia de “etnólogos” com um ideal exigente e rigoroso, cego e surdo a qualquer denominação apresentada anteriormente, preocupados em classificar, da melhor forma possível, o uso dos costumes observados por eles.

O quarto capítulo escrito pelo historiador Jean Pierre Chrétien retrata a existência das etnias hutu e tutsi, em Ruanda e no Burundi, interligadas em um estranho feixe de evidências. Essas etnias não se distinguem pelo espaço geográfico ocupado, nem pela língua, cultura, história. O escritor segue tratando das diferentes formas estereotipadas construídas sobre as histórias desses dois povos. Outra parte citada por ele diz respeito à permanência de uma “herança raciológica”, termo do século XIX deixado pelos europeus no continente. Essa teoria estabelece retratos contrastados dos negros da “África das trevas” e do misterioso Oriental que ali teria ido se aventurar. São nestas circunstâncias que se forjaram, naquele momento, reflexões antropológicas.

É em virtude dessa visão considerada à época como “científica” que alguns autores propuseram uma reescrita de sua história contada não apenas pelos africanos, mas também por aqueles que detinham a essência de reescrever uma verdade sobre eles. As análises étnicas em Ruanda e Burundi vincularam-se claramente a uma interpretação do poder dito como “tradicional”, assim concebido a partir de conceitos europeus como raças inferiores e superiores. O autor adentra à discussão étnica dos povos, na localidade de Ruanda e Burundi, no intento de traçar uma nova epistemologia dos fatos.

Claudine Vidal, no quinto capítulo, trata da “metafísica das etnias”, teoria que discute fatos que ocorreram em Ruanda. “É significativo que algumas formas racistas de ódio tenham sido desenvolvidas nos meios mais capazes, em princípio, de objetivar a herança do passado, e de analisar os componentes sociológicos e históricos das desigualdades anteriores” (p. 217).

No sexto e último capítulo é analisado a recorrência daquilo que se convencionou chamar de “separatismo Katanga”, uma das mais importantes constantes da vida política Zaireense. M'Bokolo, autor do texto, destaca que esse momento vem desde a década de 1950, ou seja, desde o momento em que a competição política moderna foi introduzida naquilo que era então o Congo belga. Reforça que há de haver uma longa duração, no que se trata de etnias, estado e região. Segundo Elikia M'Bokolo, os 55 grupos distinguidos correspondem a realidades objetivas e subjetivas muito heterogêneas. Procura referenciar em tabelas e mapas a imagem de permanência e estabilidade desse povo. Desse modo, destaca a importância de novas reflexões sobre o racismo e a desconstrução de uma história africana vista como rudimentar, precária e miserável, estereótipo criado ao longo dos últimos séculos.

Esta obra é recomendada para estudantes de História e para todos aqueles interessados em uma abordagem crítica e renovada da história da África. Os textos reunidos nesta obra, que se tornou um clássico desde sua publicação em 1985, evidenciam análises de alcance geral com estudos de casos e procuram questionar significados de conceitos considerados controversos a partir da situação africana. Com efeito, foi importante repensar as noções de etnia e de tribo, cada vez mais associadas a outras noções como a de Estado e de nação. Foi necessário repensar formas de classificação por demais esquemáticas e reducionistas.

Este livro é essencial para entender o modo como conceitos antropológicos, o de etnia e tribo, se agregaram à ideologia colonial na África, prestando-se a manipulações na política de identidades dos coletivos. Não se trata de negar o conceito de etnia, mas de recolocar o seu papel na perspectiva histórica e discutir como foi construído por atores sociais que forjaram tanto o conceito como o processo identitário em um contexto de formação dos Estados nacionais. É uma obra muito importante para a compreensão das dinâmicas entre identidade, autoctonia, manipulações sociogênicas, Estado e nação.

<sup>11</sup> Graduando em História no Centro Universitário Sagrado Coração – Unisagrado/Bauru-SP. RESENHA Realizada para a disciplina de História da África II sob a orientação da Prof. Dra. Lourdes M G C Feitosa.